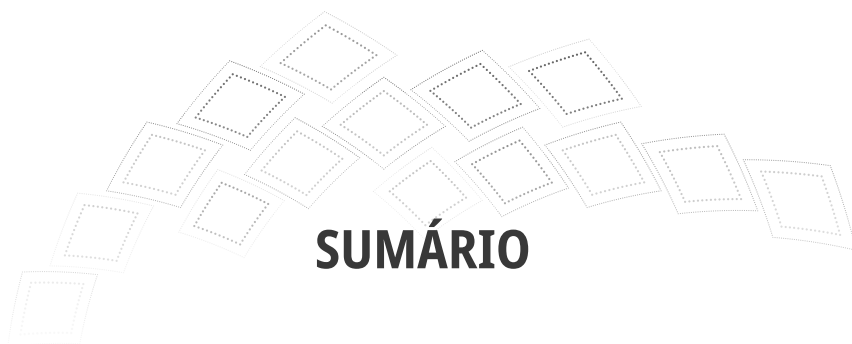


PROVISÓRIO



SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – O PROCESSO TRIBUTÁRIO..... 13

1.	Introdução	13
2.	O direito processual tributário	15
3.	A lide tributária.....	18
4.	A relação jurídica processual	20
5.	A jurisdição.....	22
6.	O direito de ação	26
7.	Natureza jurídica	26
8.	Condições da ação	27
9.	Legitimidade das partes e responsabilidade tributária	31
10.	O processo	35
11.	Princípios de direito processual	38
12.	Princípios constitucionais	38
13.	Princípios infraconstitucionais	46

CAPÍTULO 2 – PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO 51

2.1.	Introdução	51
2.2.	Processo administrativo	51
2.3.	Lançamento, procedimento e processo administrativo tributário	53
2.4.	Conceito e legislação aplicável	55
2.5.	Crítica da noção de “processo”	57
2.6.	Princípios.....	60
2.6.1.	Princípios constitucionais	60
2.6.2.	Princípios infraconstitucionais.....	64

2.7.	Procedimento	67
2.7.1.	Procedimento preparatório do lançamento	69
2.7.2.	Princípios	69
2.7.3.	Início do procedimento	72
2.7.4.	Formalização da dívida	74
2.7.5.	Fase litigiosa	76
2.7.5.1.	Impugnação	76
2.7.5.2.	Revelia e cobrança amigável	80
2.7.5.3.	Julgamentos e recursos	82
2.7.6.	Proibição do controle de constitucionalidade	85
2.7.7.	Eficácia e execução das decisões: início do prazo prescricional ...	86
2.7.8.	Coisa julgada administrativa	89
2.7.9.	Prazo para o término do processo administrativo	90
2.7.10.	Permanência dos autos na repartição administrativa	93
2.7.11.	Efeitos da decisão	94
2.8.	Consulta	95
2.8.1.	Conceito	96
2.8.2.	Procedimento	97
2.8.3.	Recurso e solução de divergência	100
2.8.4.	Efeitos da consulta	103
2.8.5.	Modificação do entendimento adotado na consulta	104
2.8.6.	Consulta relativa à classificação de mercadorias	105

CAPÍTULO 3 – PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO 113

3.1.	Introdução	113
3.2.	Ações manejáveis	114
3.3.	Justiça competente	119
3.3.1.	Justiça Federal	121
3.3.2.	Justiça Estadual e Distrital	123
3.3.2.1.	Foro e juízo competente	125
3.3.3.	Juizados Especiais	129
3.4.	A importância do lançamento	130
3.4.1.	Atributos do lançamento	131
3.4.2.	Lançamento e interesse processual	133
3.4.3.	Interesse processual do Fisco	135
3.4.4.	Interesse processual do sujeito passivo tributário	136

CAPÍTULO 4 – EXECUÇÃO FISCAL	139
4.1. Introdução	139
4.2. Dívida ativa da fazenda pública.....	141
4.2.1. Natureza jurídica, inscrição do crédito e suspensão do prazo pres- cricional	142
4.2.2. Termo de inscrição em dívida ativa (TIDA)	146
4.2.3. Certidão de dívida ativa (CDA)	148
4.3. Aplicação do tema 1184 e da resolução 547/2024 do CNJ.....	152
4.4. Sujeição ativa e passiva.....	155
4.4.1. Responsabilidade pessoal do administrador e a (in)dispensabilidade do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	160
4.5. Início da execução	167
4.5.1. Competência	169
4.5.2. Petição inicial e despacho de deferimento.....	174
4.6. Citação do executado e garantia da execução	178
4.7. Penhora	183
4.7.1. Conceito e ordem da penhora	183
4.8. Indisponibilidade de bens	188
4.9. Fraude à execução fiscal	191
4.9.1. Intimação e entrega do termo ou auto de penhora	193
4.10. Expropriação dos bens: leilão, arrematação e adjudicação.....	196
4.11. Sentença de primeira instância e recursos.....	199
4.12. Discussão judicial da dívida ativa.....	202
4.12.1. Acesso ao Judiciário e depósito prévio	203
4.12.2. Ação judicial e renúncia/desistência do recurso administrativo....	205
4.12.3. Prescrição intercorrente	206
 CAPÍTULO 5 – MEDIDA CAUTELAR FISCAL.....	 231
5.1. Introdução	231
5.2. Cabimento	232
5.4. Indisponibilidade dos bens do requerido	238
5.5. Procedimento e substituição da cautelar por garantia.....	241
5.6. Medida cautelar concedida em procedimento preparatório.....	244
5.7. Medida cautelar e suspensão da exigibilidade do crédito tributário	245
5.8. Perda de eficácia da medida cautelar	247

5.9.	Indeferimento da cautelar e execução fiscal	249
5.10.	Efeitos da sentença e recursos cabíveis	250

CAPÍTULO 6 – MANDADO DE SEGURANÇA..... 255

6.1.	Aspectos gerais e conceito.....	255
6.2.	Natureza da tutela mandamental.....	256
6.3.	Cabimento em matéria tributária	262
6.4.	Ilegalidade ou abuso de poder.....	265
6.5.	Espécies.....	267
6.5.1.	Mandado de segurança repressivo e preventivo.....	267
6.5.2.	Mandado de segurança preventivo e “lei em tese”	269
6.6.	Direito líquido e certo.....	271
6.6.1.	Conceito.....	272
6.6.2.	Ausência de direito líquido e certo: extinção do processo sem a análise de mérito.....	274
6.7.	Autoridade coatora.....	276
6.7.1.	Conceito.....	276
6.7.2.	Autoridade coatora no âmbito do direito tributário	280
6.7.3.	Especificação das autoridades coadoras no âmbito tributário	283
6.7.4.	Erro na indicação da autoridade coatora.....	285
6.8.	Competência.....	289
6.9.	Partes no mandado de segurança.....	292
6.9.1.	Sujeição ativa.....	292
6.9.2.	Sujeição passiva.....	296
6.10.	Liminar.....	299
6.10.1.	Pressupostos	299
6.10.2.	Contracautela e perigo na demora inverso.....	300
6.10.3.	Efeitos.....	301
6.10.4.	Recurso: agravo de instrumento.....	303
6.10.5.	Vedação à concessão de liminares.....	305
6.10.6.	Liminar, depósito e lançamento para evitar a decadência.....	307
6.11.	Procedimento	309
6.12.	Mandado de segurança e compensação tributária.....	315
6.13.	Recursos	319
6.13.1.	Reexame necessário.....	320

6.13.2. Apelação	321
6.13.3. Recurso ordinário, especial e extraordinário	323
6.14. Suspensão dos efeitos.....	325
6.15. Coisa julgada e relação tributária continuativa.....	329
6.16. Mandado de segurança coletivo.....	331
6.16.1. Legitimidade ativa.....	331
6.16.2. Natureza dos direitos protegidos	333
6.16.3. Coisa julgada	335
6.16.4. Cabimento em âmbito tributário.....	336
6.17. Não cabimento de mandado de segurança	337
6.18. Prazo para a impetração e utilização de outra ação	339
6.19. Honorários advocatícios e litigância de má-fé	341

CAPÍTULO 7 – AÇÃO DECLARATÓRIA..... 355

7.1. Contextualização	355
7.2. Conceito e natureza jurídica	357
7.3. Cabimento em âmbito tributário.....	361
7.4. Ação declaratória e lançamento tributário.....	363
7.4.1. Depósito	364
7.4.2. Tutela provisória	366
7.5. Questão prejudicial (declaração incidental)	370
7.6. Efeitos da decisão, coisa julgada e prazo de prescrição	372

CAPÍTULO 8 – AÇÃO ANULATÓRIA..... 381

8.1. Contextualização e conceito	381
8.2. Cabimento em matéria tributária	383
8.3. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.....	385
8.3.1. Depósito do montante integral	386
8.3.2. Tutela provisória	387
8.3.3. Suspensão da exigibilidade e execução fiscal.....	388
8.4. Natureza jurídica	389
8.4.1. A tutela anulatória (constitutiva negativa ou desconstitutiva)	390
8.4.2. Conteúdo declaratório da tutela anulatória	390
8.4.3. Ação anulatória, execução fiscal e embargos à execução	392

8.4.3.1.	Ação anulatória e execução fiscal.....	393
8.4.3.2.	Ação anulatória e embargos à execução.....	396
8.5.	Procedimento, efeitos da decisão, coisa julgada e prazo prescricional.....	398

CAPÍTULO 9 – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE..... 411

9.1.	Contextualização	411
9.2.	Conceito	412
9.3.	Previsão legal	414
9.4.	Requisitos	417
9.5.	Cabimento em matéria tributária	419
9.6.	Procedimento, prazos e recursos.....	422

CAPÍTULO 10 – EMBARGOS À EXECUÇÃO 431

10.1.	Conceito e natureza jurídica	431
10.2.	Cabimento em âmbito tributário.....	433
10.3.	Vedações.....	437
10.4.	Garantia da execução	440
10.4.1.	Obrigatoriedade da garantia.....	440
10.4.2.	Insuficiência da garantia e reforço da penhora	443
10.5.	Suspensão da execução.....	445
10.5.1.	Colocação do problema	445
10.5.2.	Requisitos para a atribuição de efeito suspensivo aos embargos	449
10.5.3.	Abrangência, extensão e modificação da decisão que suspende a execução	452
10.6.	Procedimento	454
10.7.	Sentença e recursos.....	458
10.8.	Honorários advocatícios e o encargo do decreto-lei nº 1.025/69.....	460

CAPÍTULO 11 – EMBARGOS DE TERCEIROS..... 475

11.1.	Conceito e natureza jurídica	475
11.2.	Cabimento em matéria tributária	478
11.3.	Procedimento	479

CAPÍTULO 12 – AÇÃO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO 489

12.1. Pagamento indevido e repetição do indébito	489
12.2. Conceito e natureza jurídica	492
12.3. Cabimento em matéria tributária	493
12.4. Legitimidade.....	495
12.4.1. Legitimidade ativa.....	495
12.4.1.1. Legitimidade ativa nos tributos diretos.....	496
12.4.1.2. Legitimidade ativa nos tributos indiretos	497
12.4.2. Legitimidade passiva	500
12.5. Interesse processual.....	501
12.6. Pedido alternativo: restituição ou compensação.....	502
12.7. Antecipação dos efeitos da tutela (tutela provisória)	503
12.8. Sentença e recursos.....	505
12.9. Correção monetária e juros	507
12.10. Execução da sentença e sistema de precatórios.....	512
12.11. Prazo para ingressar com a ação	517

CAPÍTULO 13 – AÇÃO MONITÓRIA..... 529

13.1. Introdução	529
13.2. Procedimento	531
13.3. Peculiaridades da ação proposta contra a fazenda pública	534

CAPÍTULO 14 – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO..... 541

14.1. Conceito	541
14.2. Cabimento	542
14.3. Legitimidade ativa, passiva e competência jurisdicional	544
14.4. Procedimento	546
14.4.1. Depósito extrajudicial, judicial e distribuição da petição inicial.....	547
14.4.2. Contestação e procedimentos.....	550
14.5. Sentença, recurso cabível e extinção do crédito tributário.....	552

CAPÍTULO 15 – AÇÃO RESCISÓRIA..... 563

15.1. Conceito e hipóteses de utilização.....	563
15.2. Cabimento em âmbito tributário.....	567

15.3. Procedimento	569
15.4. Ação rescisória e coisa julgada inconstitucional.....	573
15.4.1. O problema.....	573
15.4.2. Jurisprudência do STF	574
15.4.3. Modulação dos efeitos.....	577

CAPÍTULO 16 – ASPECTOS PROCESSUAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA 583

16.1. Introdução	583
16.2. Competência originária do superior tribunal de justiça	585
16.3. Comitê gestor do imposto sobre bens e serviços e função regulamentar	587
16.4. Representação administrativa e judicial dos entes federativos	588
16.5. Compartilhamento de informações fiscais entre os entes federativos.....	589
16.6. Integração do contencioso administrativo do IBS e da CBS.....	591

BIBLIOGRAFIA 593